RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS À 50.ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FP-SADC

Sr. Presidente, venho solicitar a aprovação por esta Assembleia Plenária do Relatório da Comissão Permanente de alimentação, Agricultura e Recursos Naturais à 50.ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC apresentado à mesa desta Assembleia na Sexta-feira, dia 10 de Dezembro de 2021.

ÍNDICE

N.º	Ponto	Página
1.0	Composição da comissão	1
2.0	Termos de referência	1
3.0	Número de reuniões	
4.0	Enquadramento	
5.0	Resumo das comunicações sobre o lema: Gestão dos Recursos Hídricos na região da SADC: Qual é o papel dos Parlamentos?	3
6.0	Recomendações	9
7.0	Conclusão	10
8.0	Anexo 1 – Lista dos funcionários do FP-SADC	11
	Anexo II – Lista dos palestrantes	11

1.0 Composição da comissão

A Comissão era integrada pelos seguintes membros:

1. Deputada Helena Bonguela Abel (Angola)
2. Deputado Polson Majaga (Botswana)
3. Deputado André Léon Tumba (República Democrática do Congo) (*Presidente da comissão*)
4. Deputada Lekhetho Mosito (Lesotho) *(Vice-presidente da comissão)*
5. Deputado Famindra Justin (Madagáscar)
6. Deputado Sam Kawale (Malawi)
7. Deputada Marie Geneviève Stéphanie Anquetil (Maurícias)
8. Deputado Carlos Manuel (Moçambique)
9. Deputado Phillipus Katamelo (Namíbia)
10. Deputado Rocky Uranie (Seicheles)
11. Deputado Tshitereke Baldwin Matibe (África do Sul)
12. Sua Alteza Real a Princesa Phumelele Dlamini (Eswatini)
13. Deputado Hawa Subira Mwaifunga (Tanzânia)
14. Parlamentar ainda por indicar (Zâmbia)
15. Senadora Tambudzani Mohadi (Zimbabwe)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) do FP-SADC derivava o seu mandato do artigo 14.º da Constituição do FP-SADC e do artigo 42.º do Regimento Interno do FP-SADC.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A Comissão Permanente de FANR realizou duas reuniões estatutárias na Segunda-feira, 12 de Abril de 2021, e Terça-feira, 12 de Outubro de 2021, para analisar os seguintes tópicos:

(i) Aproveitamento do Turismo Interno em Tempos de Pandemia: O Caso da Pandemia de COVID-19 – O Papel dos Parlamentos; e
(ii) Gestão dos Recursos Hídricos na Região da SADC: Qual é o Papel dos Parlamentos?

4.0 ENQUADRAMENTO

A água desempenhava um papel significativo na redução da pobreza, desenvolvimento económico, saúde pública, segurança alimentar e promoção da sustentabilidade ambiental. Detinha uma importância estratégica para as economias de muitos países da SADC para sectores tais como a agricultura, a extracção mineral, a energia, a saúde, entre outros. Contudo, a escassez de água contribuía consideravelmente para as operações ineficazes dos referidos sectores. Estimava-se que mais de 75 por cento da população africana se servia da água subterrânea como principal fonte de água potável. Isto era o caso de países da África Austral tais como o Botswana, a Namíbia e o Zimbabwe.

A nível mundial, o sector hídrico era dos mais afectados pelas alterações climáticas, e a região da SADC não tinha sido poupada por esta calamidade devido à sua fraca capacidade institucional de se adaptar às alterações climáticas.

Não se pode duvidar de que as infra-estruturas hídricas eram uma componente decisiva na garantia da gestão sustentável dos recursos hídricos e dos serviços de irrigação projectados, escoamento, abastecimento de água e saneamento, produção hidroeléctrica, controlo de cheias e segurança alimentar. Contudo, a execução das infra-estruturas hídricas em África não estava a acompanhar as necessidades económicas e sociais do continente. Eram necessários investimentos anuais de cerca de 64 mil milhões de dólares norte-americanos (US$64) para se satisfazer as aspirações da Visão Africana da Água. Infelizmente, os actuais investimentos situavam-se entre 10 e 19 mil milhões de dólares norte-americanos por ano, muito aquém da quantidade visada de 64 mil milhões de dólares norte-americanos (US$64 bilhões) anuais.

Um outro desafio marcante que a região da SADC enfrentava em termos de gestão da água decorria da natureza transfronteiriça das bacias hidrográficas da região. Essa natureza, associada à debilidade das leis relativas à água e da cooperação regional nessa área fazia com que o sector hídrico na região fosse difícil de gerir. Era, portanto, evidente que a gestão de recursos hídricos era impraticável sem parcerias e cooperação entre os Estados membros. Embora houvesse leis nacionais e costumeiras para lidar com conflitos aos níveis local e nacional, as leis internacionais existentes não eram adequadas para resolver na totalidade os conflitos entre países e no seio dos Estados ribeirinhos. A região da SADC tinha protocolos, políticas e estratégias sobre cursos de água partilhados, mas a implementação dos referidos diplomas era o principal obstáculo.

A água era um elemento transversal para muitos sectores e era a força vital dos ecossistemas, incluindo as florestas, lagos e zonas húmidas de que dependem a segurança alimentar e nutritiva das gerações presentes e futuras. Por exemplo, o sector da agricultura era o que mais fazia uso da água em todo o mundo, e representava cerca de 70 por cento de toda a água que se aproveita a partir dos rios e lençóis freáticos. Todavia, os sectores da agricultura de muitas regiões, incluindo a região da SADC, já estavam a enfrentar uma crónica escassez material da água como resultado das alterações climáticas e de práticas insustentáveis de aproveitamento da água para a agricultura, constituindo desse modo uma ameaça para a sustentabilidade dos meios de subsistência dependentes da água e da agricultura.

Registando-se embora os desafios no sector hídrico, têm sido implementados na região vários projectos de desenvolvimento de infra-estruturas, que ilustravam as oportunidades existentes para os Estados membros, se

reforçassem a cooperação, sobretudo nas bacias hidrográficas transfronteiriças. Entre os referidos projectos, o projecto de energia hidroeléctrica entre a Zâmbia e o Zimbabwe, e o Projecto Hídrico das Montanhas do Lesoto (*Lesotho Highlands Water Project*), que abastecia água ao Lesoto e à África do Sul, eram produtos de cooperação bilateral e regional em matéria de cursos de água partilhados.

5.0 RESUMO DAS COMUNICAÇÕES

5.1 Comunicação sobre Gestão dos Recursos Hídricos na Região da SADC: Qual é o Papel dos Parlamentos? Pela Representação na Zâmbia do Fundo Mundial para a Natureza

Na sequência da apresentação desta comunicação, a comissão tomou conhecimento de que a extensão da região da SADC tinha recursos hídricos repartidos de forma desigual em comparação com a população e os padrões de assentamento. As águas subterrâneas estimavam-se em cerca de 27 por cento e 35 por cento das necessidades de água para as comunidades urbanas e rurais respectivamente. Foi igualmente assinalado que a segurança hídrica da região estava em risco como resultado das actividades económicas em competição, do crescimento da população e dos efeitos adversos das alterações climáticas. Particularmente, as alterações climáticas eram entre as maiores ameaças, como evidenciadas por condições climáticas extremas tais como as cheias e as secas. Portanto, a disponibilidade e a qualidade da água eram uma preocupação essencial para muitos Estados membros da SADC.

A comissão apreciou o facto de que o Secretariado do SADC considerava que uma gestão efectiva dos recursos hídricos era um instrumento central para a promoção da paz na região da África Austral através da cooperação transfronteiriça e regional. Além disso, os membros da comissão tomaram boa nota da necessidade de se harmonizar a legislação, as políticas e estratégias sobre a água, para fomentar a cooperação em termos de bacias transfronteiriças na região. Foi levado ao conhecimento da comissão que o Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Partilhados revisto (2000), o Plano Estratégico Indicativo Regional de Desenvolvimento (RISDP), a Estratégia Regional da Água (2006) e a Política Regional de Água da SADC (adoptada em 2005) eram os principais instrumentos na orientação da gestão dos recursos hídricos na região.

A comissão reconheceu que a natureza transfronteiriça de muitas bacias e lençóis freáticos da região representava um desafio para a gestão efectiva dos recursos hídricos. O referido desafio era ainda agravado pela ausência de coordenação de projectos de desenvolvimento nos vários Estados membros, para que as actividades de desenvolvimento de um Estado membro a montante não afectasse o troço de um outro país que se encontrava a jusante. Foi

assinalada pelos membros uma preocupação essencial consubstanciada na apreciação deficiente da quantia total de água subterrânea na região. Os membros reconheceram a necessidade de a região da SADC realizar pesquisa para se aferir o potencial da água subterrânea na região.

Outros desafios que colocavam uma pressão sobre os recursos hídricos da região vinham do aumento da abstracção, devido ao aumento da população, à industrialização e às alterações climáticas. A reunião reconheceu igualmente que a solução cabia aos Estados membros no sentido de fazer com que houvesse um equilíbrio entre as pressões em competição para diferentes usos. Os Estados membros poderiam também garantir que a região tivesse segurança de água mediante a adopção de uma abordagem ao desenvolvimento integrada e a nível de toda a extensão da bacia.

Em termos de projectos hídricos específicos que a WWF apoiava na região da SADC, a comissão apreciou o trabalho que a WWF estava a desenvolver na região do Kwando, que contava com a participação de quatro países da SADC, nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia e Zâmbia. Através desse projecto, a WWF apoiava o Grupo de Acção Conjunto do Kwando através do asseguramento de uma plataforma para o diálogo sobre a melhor forma de gerir o Rio Kwando. Os membros da comissão observaram que, no âmbito dos seus esforços ininterruptos visando promover a cooperação entre os Estados membros, a WWF estava em vias de oferecer apoio para a formulação de uma avaliação ambiental estratégica com vista a harmonizar actividades de desenvolvimento à volta dos cursos de água partilhados nos países em questão.

5.2 Comunicação sobre Programas da SADC em matéria de Água e Recursos Naturais, pelo Secretariado da SADC

A comissão ficou a saber que a Visão de Água da SADC estava baseada na utilização equitativa e sustentável da água para a justiça social e ambiental, integração regional e benefício económico para as gerações presentes e futuras. De acordo com o Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP), que tinha um ciclo quinquenal, a região da SADC perspectivava a existência de uma região com segurança da água, que fosse resiliente, pacífica e próspera. Os membros da comissão registaram igualmente que a região da SADC estava comprometida com a apresentação de resultados sobre as suas aspirações através da implementação de vários programas hídricos. Para o efeito, o Secretariado da SADC tinha formulado um quadro que estava em conformidade com o RSAP e integrado nos objectivos regionais de crescimento e desenvolvimento económico, paz e segurança, equidade e inclusão social, integração regional e desenvolvimento sustentável. A comissão observou que o quadro se guiava por três pilares, nomeadamente o Pilar de Governação e Integração dos Recursos Hídricos; Pilar de Desenvolvimento de Infra-estruturas Hídricas; e Pilar da Gestão de Recursos Hídricos.

A comissão tomou igualmente conhecimento da forma como a Política Agrícola Regional (RAP) da SADC de 2014, o Plano Regional de Investimento na Agricultura (RAIP) e a Estratégia de Alimentação e Nutrição exerceram um impacto sobre os recursos hídricos. Por exemplo, o objectivo número um da RAP estipulava que o acesso aos factores de produção, água e agricultura de recursos e energia para, e a partir da agricultura estava muito ligado à gestão dos recursos hídricos. Além disso, a prioridade número dois do RAIP promovia uma acção colectiva entre os países no sentido de resolver questões ligadas à água de natureza transfronteiriça.

O Secretariado da SADC tinha implementado um conjunto de programas e projectos, em parceria com os parceiros de cooperação. Segue-se uma lista dos programas e projectos marcantes.

(i) Dois projectos hídricos transfronteiriços, nomeadamente, o Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento de Lomahasha-Namaacha entre Eswatini e Moçambique, e o Projecto Hídrico de Kazungula na Zâmbia apoiado pelo Fundo Regional de Água da SADC.
(ii) Os Projectos de Resiliência às Condições Climatéricas (através do apoio do Reino Unido, em colaboração com a USAID e outros parceiros).
(iii) Criação e Reforço dos Organismos de Bacias, gerindo os programas conjuntos de várias bacias.
(iv) Desenvolvimento da Água Subterrânea – para a melhoria e a sustentabilidade das condições de vida das populações, apoiado pelo GMI da SADC e o Banco Mundial.
(v) Projecto de ligação entre a Água, Energia e Segurança Alimentar (WEF) (apoiado pela União Europeia).
(vi) Projectos Transfronteiriços WASH – Como resposta relativa à COVID-19, a SADC recebeu um financiamento do Governo Alemão para estes, e até à data estavam a ser implementados projectos-pilotos no posto fronteiriço de Chirundu com a República da África do Sul e o Zimbabwe. Se for bem-sucedido, outros projectos seriam replicados em outras fronteiras da SADC.
(vii) O Projecto de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Rio Songwe; Projecto de Transferência de Água entre o Lesoto e o Botswana.
(i) Programas de Desenvolvimento de Capacidades e Pesquisa: Programa WaterNet: Gestão de um Programa emblemático de Mestrado em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, oferecido principalmente nas Universidades do Zimbabwe e de Dar-es-Salam, Tanzânia, e o Programa do Centro de Excelência da Água de NEPAD da África Austral.

A comissão apreciou o progresso feito num conjunto de desenvolvimentos de infra-estruturas hídricas na região. Os membros ficaram a saber que o estudo de viabilidade do Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento do Centro Fronteiriço de Chirundu entre a Zâmbia e o Zimbabwe tinha sido concluído com a assistência dos governos da Alemanha e do Reino Unido. Os membros

observaram com apreciação que as projecções detalhadas do Projecto Hídrico de Lomahasha e Namaacha tinham sido concluídos e o concurso para as obras de construção tinha sido lançado em Março de 2021. No que diz respeito ao Projecto Hídrico de Kazungula, foram concluídos os estudos de viabilidade e a conclusão das projecções detalhadas estava prevista para Julho de 2021, com o apoio do governo alemão através do Fundo de Água da SADC. Os Estados beneficiários do referido projecto incluíam Eswatini, Moçambique e Zâmbia.

Em termos de abordagem da industrialização e interligação, os membros da comissão apreciaram os esforços do Secretariado da SADC com o apoio da União Europeia relativamente ao Projecto de Interligação entre Água, Energia e Alimentação (WEF). Os membros da comissão observaram que o Quadro de WEF já tinha sido desenvolvido e foi aprovado em Outubro de 2020 pelos ministros da SADC do pelouro da água. Além disso, na sequência da adopção do Quadro, tinha sido elaborado um instrumento regional para o Programa de Interligação WEF a ser usado para a avaliação de programas conjuntos de investimento no âmbito de WEF na região. Os membros apreciaram igualmente o apoio contínuo da União Europeia que permitiria que o Secretariado da SADC comece a segunda fase do projecto e arranque os diálogos no âmbito da interligação WEF.

Ainda no que concerne os programas hídricos da SADC, os membros tomaram conhecimento da existência do Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas da SADC, que era um centro de excelência sedeado na África do Sul e um subsidiário do Secretariado da SADC. Os membros tomaram também boa nota de que, através da instituição, tinham sido concluídos vários projectos demonstrativos de melhoria das condições de vida das populações na região, salvo os de Angola, Botswana, Lesoto e Zimbabwe. A reunião ficou a saber que a primeira fase do projecto foi apoiado pelo Banco Mundial e, tendo em consideração o seu êxito, o segundo projecto de água subterrânea seria apoiado pelos mesmos financiadores. O Secretariado da SADC tinha começado negociações sobre a conclusão e aguardava a assinatura do acordo de subvenção para a fase II do Projecto.

A reunião assinalou igualmente que o Secretariado da SADC tinha recebido apoio dos parceiros de cooperação para reforçar os organismos de bacias. Exemplos disso eram a recentemente criada Comissão do Curso de Água do Cuvelai entre Angola e Namíbia, e o Organismo de Bacia Inco-Maputo para o Eswatini, Moçambique e África do Sul, que estava em vias de ser criado e que já tinha um secretariado interino operacional. Quanto ao Organismo das Três Bacias de Buzi–Pungwe–Save entre Moçambique e Zimbabwe, ambos os países se tinham comprometido a criar o organismo de bacia, e estavam em curso as negociações sobre os específicos acordos de bacias.

Em termos de reforço dos engajamentos com as partes interessadas no sector da água, o comité tomou nota de que estavam a ser implementadas várias

actividades de criação de capacidades em matéria de género com a focalização temática específica sobre a orçamentação que tem em conta o elemento do género, a integração transversal e centralização de género no desenvolvimento de infra-estruturas. As outras actividades de criação de capacidades incluíam workshops de formação dos pontos focais de género, incluindo a criação do Fórum Regional da Juventude, que foi proposta durante os engajamentos das partes interessadas. O Secretariado da SADC estava em vias de mobilizar recursos para a operacionalização do Fórum Regional da Juventude.

5.3 Comunicação sobre a Implementação de Programas da SADC ligados à Água e aos Recursos Naturais, pela Parceria Global da Água – África Austral

A reunião acompanhou um informe sobre os seguintes desafios-chave ligados aos recursos hídricos.

(a) Repartição desigual dos recursos hídricos na região

O potencial dos recursos hídricos da região estimava-se em 2 300 km^3 por ano dos recursos renováveis de água doce. Contudo, a distribuição do recurso na região era desigual. Por exemplo, a média anual das quedas pluviométricas variava entre 300 mm por ano na Namíbia e 1.530 mm por ano na República Democrática do Congo.

(b) Impactos das alterações climáticas sobre os recursos hídricos

Um conjunto de impactos das alterações climáticas tinha assolado a região da SADC, como demonstrado pelo Ciclone Idai que afectou em 2019 o Zimbabwe e Moçambique, e destruiu cerca de mil milhões de dólares norte-americanos em infra-estruturas, 100 000 casas e 1 milhão de acres de culturas. Além disso, as fontes de água afectadas pela seca acabaram por esgotar os lençóis freáticos. Ademais, a mudança na distribuição das quedas pluviométricas era uma preocupação maior.

(c) Lidar com o aumento de demandas pela água em comparação com a oferta

O aumento da população, a urbanização e as actividades económicas dificultavam o sustento de serviços essenciais como resultado da escassez da água.

(d) Baixos investimentos direccionados ao sector hídrico

Os baixos investimentos no sector hídrico comprometiam a capacidade da região de garantir a segurança da água.

A comissão apreciou as intervenções sendo protagonizadas pelo GWP juntamente com outros parceiros de cooperação para melhorar os desafios que a região enfrentava em termos de água. A reunião tomou conhecimento de que o GWP e o GMI da SADC colaboravam na promoção de programas de criação de

capacidades em gestão da água. A reunião tomou ainda boa nota de que todos os dezasseis países da SADC pertenciam ao GMI da SADC. Ademais, o GWP colaborava com WaterNet, uma instituição que estava em cooperação com o Secretariado da SADC, mas acolhida pela Universidade do Zimbabwe sobre a mesma causa. A WaterNet tinha uma composição de setenta e oito, principalmente a partir das universidades e instituições académicas, e oferecia programas de mestrado e doutoramento, incluindo cursos profissionais de curta duração em gestão integrada de recursos hídricos. A WaterNet contribuía também para a agenda de pesquisa da SADC sobre a água através do apoio às actividades de investigação científica. Particularmente, o Instituto apoiava programas de sensibilização em forma de simpósios anuais, em que jovens cientistas tinham uma plataforma para apresentar comunicações sobre o seu trabalho.

Outros programas marcantes que eram resultado do GWP e das disposições colaborativas do Secretariado da SADC incluíam o Programa das Águas Transfronteiriças da SADC, o Programa da SADC de Interligação entre Água, Energia e Alimentação (WEF), a Aliança Global da SADC para as Alterações Climáticas (GCCA+) e o Programa Continental de Investimento no Sector da Água em África (AIP). A reunião tomou ainda conhecimento de que o Programa de Desenvolvimento Climático Transformativo em termos de Género e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África eram ambos parte dos esforços sendo envidados pelas suas instituições para se chegar a uma região com segurança hídrica. Além disso, o GWP ofereceu um apoio em termos de criação de capacidades aos Estados membros no sentido de elaborar propostas de projectos financiáveis visando ganhar acesso ao financiamento do Fundo Verde do Clima.

Os membros da comissão apreciaram que a igualdade de género na segurança hídrica e o programa de criação da resiliência perante as condições climáticas apresentavam uma solução para os desafios das alterações climáticas relativos ao género. O programa tinha criado uma via visando criar a resiliência às mudanças climáticas tanto para os homens como as mulheres, uma vez que havia diferenças nas suas vulnerabilidades decorrentes das mudanças climáticas. A reunião tomou boa nota de que as referidas vulnerabilidades se manifestavam de maneiras diferentes, nomeadamente a dificuldade de acesso das pessoas terem acesso a recursos naturais tais como a terra e a água, ou a falta de acesso à informação e à tecnologia. A reunião reconheceu que certas normas políticas e sociais contribuíam para as desigualdades entre diferentes membros da sociedade. Nessa conformidade, a igualdade de género na segurança da água e no programa de criação da resiliência perante as condições climáticas era um marco fundamental rumo ao asseguramento da resiliência da segurança hídrica perante as condições climáticas para todos. A reunião tomou igualmente boa nota de que o programa continental da água também conhecido como «Programa de Investimento no Sector da Água em África» estava a cargo da União Africana.

A reunião registou com apreensão os baixos investimentos destinados aos projectos hídricos na região. A estimativa anual projectada para o investimento no sector da água deveria ser de 64 mil milhões de dólares norte-americanos para alcançar algumas das aspirações da Agenda 2063. Infelizmente, os investimentos no sector da água cifravam-se entre 10 e 19 mil milhões de dólares norte-americanos por ano.

6.0 RECOMENDAÇÕES

A Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais decide, portanto, recomendar à 50.ª Assembleia Plenária o seguinte:

1. **PEDIR ENCARECIDAMENTE** aos Estados membros da SADC para fazerem corredores junto dos respectivos governos no sentido de providenciar o apoio necessário à pesquisa visando determinar o potencial das águas subterrâneas na região. Se a referida pesquisa fosse implementada, resultaria na planificação efectiva e gestão sustentável da água.
2. **EXORTAR** os Estados membros da SADC a adoptarem e proporcionarem apoio à implementação do Programa de Interligação entre a Água, a Energia e a Alimentação (WEF) a cargo do Secretariado da SADC e dos parceiros de cooperação, observando que os desafios em matéria de água estavam a tornar-se cada vez mais complexos e a interferir com sectores-chaves tais como a energia, a agricultura, o transporte e a comunicação, entre outros.
3. **ENCORAJAR** os Estados membros da SADC a harmonizarem as respectivas políticas, estratégias e legislações nacionais em matéria de água, para que possam estar em sintonia com os princípios da gestão integrada dos recursos hídricos.
4. **ENCORAJAR** os Estados membros da SADC a adoptarem uma abordagem integrada e de toda a bacia ao desenvolvimento, observando que actividades voltadas ao desenvolvimento tais como a construção de barragens e represas a montante de um rio poderiam ter um impacto negativo sobre um outro país situado a jusante.
5. **APELAR** aos parlamentos da SADC para criarem a capacidade dos Deputados por forma a permitirem que possam de forma efectiva submeter a debate desafios novos e emergentes tais como as mudanças climáticas, a pandemia de COVID-19, as desigualdades sociais e de género, que exerciam todos um impacto sobre a gestão dos recursos hídricos.
6. **EXORTAR** os parlamentares da SADC a fortalecerem o seu papel representativo e servirem-se dele para fazer a sensibilização sobre os desafios que comprometem a gestão da água na região.
7. **PEDIR ENCARECIDAMENTE** aos países e parlamentos da SADC para harmonizarem a legislação em toda a região da SADC para assegurar uma implementação harmoniosa e efectiva de programas hídricos.

8. **EXORTAR** todos os parlamentos da SADC para fazerem corredores junto dos respectivos governos no sentido de aumentarem as alocações orçamentais destinadas ao sector hídrico a fim de se promover investimentos que podem garantir uma região com segurança da água.

6.0 CONCLUSÃO

A região da SADC já implementa políticas, estratégias e protocolos capazes de orientar a gestão dos seus recursos hídricos, sobretudo os de natureza transfronteiriça. O único contratempo tem a ver com a implementação lenta ou inexistente das aspirações específicas adoptadas nos referidos diplomas. Um outro facto que se chocava com o alcance de uma região com segurança da água era o baixo nível de investimento sendo canalizado para os sectores hídricos, como comprovado pelo não cumprimento pelos Estados membros dos 64 mil milhões de dólares norte-americanos de investimentos por ano que são requeridos para o desenvolvimento dos recursos hídricos da região. Tomando conhecimento do número de projectos e programas hídricos sendo implementados na região pelo Secretariado da SADC com a colaboração dos parceiros de cooperação, a comissão salientou a necessidade de os Estados membros da SADC assumirem um papel activo nesta causa, ao invés de a deixarem à inteira responsabilidade dos parceiros de cooperação.

Por fim, a comissão expressou a sua gratidão à Secretária-geral e aos funcionários do FP-SADC pelo excelente trabalho e pelas condições criadas para a reunião estatutária, que resultou no presente relatório. A comissão manifestou igualmente a sua apreciação a todos os palestrantes pelo valioso contributo que, se for posto em prática, pode resultar na gestão sustentável dos recursos hídricos na região.

8.0 Anexo 1 – Lista dos funcionários do FP-SADC

Sra. Boemo Mmandu Sekgoma, Secretária-geral
Sra. Clare Musonda, Directora de *Corporate Governance*
Sr. Sheuneni Kurasha, Gestor do Programa de Democracia, Governação e Direitos Humanos
Sra. Sharon Nyirongo, Secretária de comissão
Sra. Betty Zulu, Secretária de comissão
Sra. Edna Kanguya Zgambo, Secretária de Comissão
Sra. Agnes Lilungwe, Assistente pessoal da Secretária-geral
Sr. Ronald Windwaai, TIC
Sr. Wilfried Kongolo, TIC
Sr. Modise Kabeli, Funcionário encarregado da comunicação social
Sra. Paulina Kanguatjivi, Coordenadora de Programas

Anexo II
Lista dos palestrantes

Sra. Beauty S Mbale, Gestora da Divisão de Água Doce do Fundo Mundial para a Natureza, Zâmbia

Dr. Patrice Kabeya, Funcionário Sénior de Programas, Divisão da Água, Directoria de Infra-estruturas, Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Sr. Duncan Samikwa, Funcionário Sénior de Programas, Directoria de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, Secretariado da SADC

Sr. Kidanemariam Jembere, Assessor Técnico Sénior, Água, Clima, Desenvolvimento e Género, Parceria Global da Água – África Austral

Sr. Andrew Takawira, Assessor Técnico Sénior, Unidade de Coordenação África, Parceria Global da Água – África Austral